

## “#queroviajarsozinhasemmedo”: novos registros das articulações entre gênero, sexualidade e violência no Brasil\*

Adriana Piscitelli\*\*

### Resumo

O título deste texto alude a uma das diversas *hashtags* que circularam no *Twitter*, no Brasil, em 2016, como parte das reações ao desaparecimento e à morte, no início desse ano, de duas jovens turistas argentinas no Equador. Essas reações tiveram lugar no âmbito do que foi denominado “primavera feminista no Brasil” e são inusuais em um país no qual se até agora se prestou pouca atenção a casos de violência contra mulheres turistas. Tomando-as como ponto de partida, exploro algumas questões metodológicas a serem enfrentadas em estudos sobre as relações entre gênero, violência e turismo e levanto dois pontos vinculados ao debate mais amplo sobre as relações entre gênero, sexualidade e violência. O primeiro remete às condições que tornam certos registros da violência particularmente relevantes para os feminismos. O segundo ponto se refere às ferramentas analíticas que as abordagens teóricas feministas oferecem para refletir sobre essas relações.

**Palavras-chave:** Violência, Gênero, Sexualidade, Feminismos, Turistas Estrangeiras.

---

\* Recebido para publicação em 9 de maio de 2017, aceito em 17 de maio de 2017.

\*\* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu, da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, Brasil. piscitelliadriana@gmail.com

## Apresentação

O título deste texto se refere a uma das diversas *hashtags* que circularam no *Twitter*, no Brasil, reagindo ao desaparecimento e morte de duas turistas argentinas no Equador, no início de 2016.<sup>1</sup> Tomo como ponto de partida essas reações para fazer alguns comentários sobre um dos novos registros das articulações entre gênero, sexualidade e violência que, envolvendo o turismo, tem se disseminado na internet, em mídias feministas e de circulação geral, no Brasil. A novidade reside em que, até pouco tempo atrás, a problemática da violência voltada para as turistas foi pouco contemplada pela produção acadêmica no país<sup>2</sup> e não atraiu a atenção dos ativismos feministas.

Meu interesse nesses registros está vinculado a inquietações em relação à compreensão de como essas articulações afetam as mulheres “de fora”, frequentemente estrangeiras, que viajam sem companhia de homens em locais turísticos em diferentes países, incluindo o Brasil. Esse interesse está associado a um estudo que

---

<sup>1</sup> Agradeço aos organizadores do Simpósio Especial 003 “Gênero, sexualidade, intolerância e violência”, na 30 Reunião da RBA (João Pessoa, 2016), Horacio Sivori, Regina Facchini e Maria Filomena Gregori, a ocasião oferecida para apresentar uma primeira versão deste trabalho, o generoso debate ali realizado por Cynthia Andersen Sarti, os comentários e observações dos participantes desse simpósio e o amplo e cuidadoso levantamento de mídia brasileira e internacional realizado por Maira Del’Evore, com o apoio da Fapesp. Sou grata também às participantes do Workshop “Cultura do Estupro”, realizado na Unicamp em dezembro de 2016 e, particularmente a Adriana Vianna, pelos seus instigantes comentários. Agradeço ainda a Regina Facchini e a Maria Filomena Gregori pela substantiva contribuição no desenvolvimento deste texto, a Carolina Branco Ferreira e Natalia Corazza Padovani e a todas e todos os que participaram da disciplina que ministramos juntas, “Pensamento pós-colonial, decolonial e feminismos”, na Unicamp no primeiro semestre de 2017, a imensa disposição para discutir sobre “essencialismos estratégicos” e sobre as relações entre formulações teóricas e práticas ativistas.

<sup>2</sup> Isso se tornou evidente nos levantamentos realizados para os estudos iniciais que fiz sobre a problemática em locais de praia no Ceará, no final da década de 2000 e nas pesquisas de iniciação científica e mestrado realizadas por Fernanda Leão Antonioli (Piscitelli, 2011, 2015; Antonioli, 2008; Motta, 2002)

explora como, no âmbito da imbricação entre turismo e socialidade<sup>3</sup>, as interseções entre gênero, sexualidade, idade, nacionalidade/regionalidade e classe social alimentam diferentes modalidades de agência, incluindo aquelas nas quais tensões e conflitos se materializam em hostilidade e violência.<sup>4</sup>

Nas reações à morte das turistas argentinas, os ativismos mobilizaram uma série de noções, frequentemente sintetizadas na expressão “cultura do estupro”, que fazem parte do arcabouço feminista do combate à violência sexual contra as mulheres. Essas noções e os pressupostos nos quais elas se ancoram também permeiam a produção internacional sobre gênero e turismo que tem tratado da violência contra as mulheres que viajam sem companhia masculina. Refiro-me aos estudos sobre relações sexuais e afetivas estabelecidas entre mulheres viajantes e homens locais, que tendem a ser englobados nos estudos sobre “turismo romance” e sobre “turismo sexual feminino”. Não estabeleço relações entre a morte das turistas argentinas e essas modalidades de viagens, mas aludo a essa literatura porque, até o momento, é a produção que se debruçou mais diretamente sobre situações de violência contra mulheres turistas.

O arcabouço que se manifesta na noção de “cultura do estupro” certamente é produtivo em termos de mobilizações políticas. No entanto, e esse é o meu primeiro argumento, os pressupostos nos quais essa noção se ancora apresentam problemas quando acionados no plano analítico. Isso é evidente na literatura sobre gênero e turismo que mencionei. Trata-se de leituras que, atualizando linhas do feminismo radical nas quais se concede centralidade ao patriarcado (Dworkin, 1976; Brownmiller,

---

<sup>3</sup> No sentido outorgado a essa noção por Marilyn Strathern (1988), como criação e manutenção das relações sociais.

<sup>4</sup> Esse projeto está sendo elaborado em colaboração com a professora Susan Frohlick, da British Columbia University, no Canadá, instituição que apoiou minha viagem a esse país para elaborar suas primeiras formulações. A pesquisa envolve as articulações entre violência, gênero e turismo que afetam turistas estrangeiras originárias de países do norte na região do Caribe, na Costa Rica, no Ceará, no Brasil e na costa de Ghana, na África.

1975), analisam a violência em termos de desigualdade de gênero, outorgando um lugar secundário a outras desigualdades. E, ignorando diferenças entre contextos, dinâmicas de poder e dimensões de violência, recorrem à utilização do modelo de violência “doméstica/conjugal” para pensar na violência perpetrada contra as turistas (Jeffreys, 2003). Minhas preocupações estão relacionadas às formulações dessas abordagens, que acabam operando à maneira de uma prisão analítica.

Levando em conta as reações à morte das turistas argentinas no Equador, levanto dois pontos a partir dos quais é possível dialogar com o debate mais amplo sobre as relações entre gênero, sexualidade e violência. O primeiro ponto, desenvolvido nas primeiras seções deste artigo, remete às condições que tornam certos registros da violência particularmente relevantes para os feminismos. Considero a visibilidade adquirida pelo caso dessas turistas utilizando diversas fontes *on-line*, incluindo matérias disseminadas pela grande imprensa e por uma imprensa mais independente, sem fazer um exame mais detalhado delas. Prestei particular atenção às mídias feministas, levando em conta a fundamental relevância da *web* para considerar os ativismos atuais (Alvarez, 2014; Rentschler, 2014; Ferreira 2015; 2016; Modelli, 2016). No entanto, não trabalhei esse material com o rigor metodológico utilizado nos estudos voltados para a compreensão das modalidades de ação política possibilitadas por espaços de sociabilidade *on-line* (Falcão, 2017). Interessada nas noções acionadas na visibilização dessas mortes e procurando explorar como as ideias “se comportam” (Strathern, 1992:xxviii), tratei do material disseminado por umas e outras fontes como se tivessem uma continuidade etnográfica.

O segundo ponto refere-se às ferramentas analíticas que as abordagens teóricas feministas oferecem para refletir sobre essas relações. Desenvolvo esse ponto nas duas últimas seções do texto, nas quais considero como os estudos internacionais sobre turismo têm tratado da violência contra as turistas e reflito sobre os problemas metodológicos apresentados por essas abordagens. Meu segundo argumento é que esses estudos, assim como

algumas discussões mais amplas sobre as relações entre gênero, sexualidade e violência, ainda enfrentam o desafio de dar conta das diversas dimensões presentes nessas relações, particularmente quando se trata da violência que se manifesta nas relações interpessoais, no âmbito da intimidade.

### **A construção de um caso**

Em fevereiro de 2016, duas turistas argentinas, de 21 e 22 anos, desapareceram no Equador. De acordo com o material disseminado em mídias internacionais, principalmente nos países latino-americanos, essas jovens saíram com mochila nas costas para conhecer a América do Sul e, após terem se separado de um grupo maior, foram assassinadas no balneário de Montañita. Segundo essas narrativas, foram presos dois suspeitos, na faixa dos 30 anos. Um deles confessou ter matado uma das garotas com um golpe na cabeça, após tentar “abusar dela”<sup>5</sup>, e acusou o outro de matar a segunda jovem com uma facada.<sup>6</sup> De acordo com alguns relatos, elas teriam aceitado dormir na casa de um desses homens porque foram assaltadas e ficaram sem dinheiro. Essas versões foram imediatamente problematizadas e, segundo matérias posteriores, o exame toxicológico dos corpos mostrou que as jovens foram drogadas com um hipnótico, o que deixaria claro a intenção de “abusar delas”.

As matérias que circularam na imprensa internacional e as reações a elas são interessantes porque, abrindo a discussão sobre o “acoso sexual” que sofrem as mulheres quando viajam sem companhia de homens<sup>7</sup>, mostram uma disputa entre posições

---

<sup>5</sup> Neste texto, utilizo aspas para me referir a noções êmicas.

<sup>6</sup> Entierran a las dos turistas argentinas que fueron asesinadas en Ecuador, Redacción, BBC Mundo, 1/04/2016 [[http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/04/160401\\_entierran\\_dos\\_turistas\\_argentinan\\_asesinadas\\_montanita\\_ecuador\\_dgm](http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/04/160401_entierran_dos_turistas_argentinan_asesinadas_montanita_ecuador_dgm) – acesso em: junho 2016].

<sup>7</sup> Por que mulheres “viajando sozinhas” são um problema para o mundo, Nexo, 5/03/2016 [<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/03/05/Por-que->

antagônicas. Matérias mostrando uma leitura negativa das turistas que viajam sem companhia masculina foram produzidas em diversos países. No Equador, a vice-ministra de turismo, referindo-se ao fim dessas jovens, declarou: “isso ia acontecer cedo ou tarde”, porque elas “viajavam de carona e buscavam festa”.<sup>8</sup> Na Argentina, um psiquiatra considerou essas turistas “vítimas propiciatórias”. Afirmando não tirar o peso da responsabilidade dos agressores, ele as descreveu como mulheres que assumem um alto risco e de alguma maneira formam parte do que mobiliza o crime.<sup>9</sup>

As leituras contrárias a essas percepções se expressaram em diversas partes de América Latina. Nessa linha de debate, o assassinato das turistas foi vinculado à discussão feminista sobre o direito de mulheres viajarem sozinhas, que culminou na disseminação da *hashtag* [#ViajoSola](#) e em vários protestos na América Latina.<sup>10</sup> A reação em defesa das jovens foi evidente nas mídias feministas, isto é, nas mídias integradas aos ativismos que dão uma resposta política a conflitos de gênero (McClintock, 2010) e propõem aumentar o poder das mulheres (Shohat, 2001). No entanto, num movimento de convergência entre mídias (Modelli, 2016), essas respostas envolvendo noções que se reiteram em

---

[mulheres-“viajando-sozinhas”-são-um-problema-para-o-mundo](#) – acesso em: 29 de agosto de 2016].

<sup>8</sup> Blog [escrevalolaescreva](#), 5/03/2016

[<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2016/03/a-sina-das-mulheres-que-ousaram-viajar.html>]. De acordo com as matérias consultadas, essas declarações teriam posteriormente lhe custado o cargo. “Ministra de Ecuador renuncia por declaraciones sobre turistas argentinas”, Noticias 24, 10 mar. 2016 [<http://www.noticias24.com/internacionales/noticia/111903/renuncia-funcionaria-ecuatoriana-por-declaracion-sobre-chicas-argentinas/>] – acesso em: 30 ago. 2016.

<sup>9</sup> Las mochileras, antes de morir: “Viajamos en las cajas de las camionetas”. Bigband news, 1/03/2016 [<http://www.bigbangnews.com/policiales/Las-mochileras-antes-de-morir-Viajamos-en-las-cajas-de-las-camionetas-20160301-0007.html>].

<sup>10</sup> [pcvasconcellos](#), “#NiUnaMenos”, Blog “Pela rua virando lata”, 9 mai. 2016 [<https://pelaruavirandolata.com/2016/05/09/niunamenos/>] – acesso em: 15 ago. 2016].

redes sociais, *blogs*, *homepages* e *twitters* feministas, foram rapidamente reproduzidas em matérias da grande imprensa. Nesse entrelaçamento midiático, a defesa das jovens foi articulada à exigência de justiça e à reivindicação de que as mulheres possam viajar em segurança sem companhia masculina.<sup>11</sup>

Esses textos descrevem como em Mendoza, cidade de origem das jovens, na Argentina, milhares de pessoas marcharam em silêncio, com cartazes com a consigna feminista “Ni una menos”<sup>12</sup>, exigindo justiça.<sup>13</sup> As cidades de Montañita e Guayaquil, em Equador, também foram palco de marchas.<sup>14</sup> No Peru, a impressionante disseminação do caso nas redes sociais suscitou a produção de matérias que analisaram as *hashtags* e mensagens mediante as quais era defendido o direito das mulheres de viajar sem companhia masculina.<sup>15</sup> O impacto dos textos sobre o tema e da *hashtag* #viajosola difundidos por essa *web* foram enormes. Algumas semanas depois do anúncio das mortes, essa reivindicação era considerada viral e global,

---

<sup>11</sup> #Viajosola: cómo el asesinato de dos turistas argentinas desató un debate sobre el acoso a las mujeres. Redacción, BBC Mundo, 5/03/2016. In: [http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/03/160304\\_america\\_latina\\_turistas\\_argentinas\\_montanita\\_ecuador\\_viajosola\\_ppb.shtml](http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/03/160304_america_latina_turistas_argentinas_montanita_ecuador_viajosola_ppb.shtml)

<sup>12</sup> “Ni una menos” é o nome de uma consigna feminista que se expandiu transnacionalmente e, na Argentina, de um coletivo que, reagindo aos feminicídios, organizou campanhas multitudinárias, a partir de junho de 2015 [[http://niunamenos.com.ar/?page\\_id=6](http://niunamenos.com.ar/?page_id=6) – acesso em: abril 2017].

<sup>13</sup> “Argentina: Marcham exigiendo justicia para dos turistas asesinadas en Ecuador”, Correo, 3 mar. 2016 [<http://diariocorreo.pe/mundo/argentina-marchan-exigiendo-justicia-por-dos-turistas-asesinadas-en-ecuador-657907/> – acesso em: 30 ago. 2016].

<sup>14</sup> “Confirman identidad de turistas argentinas muertas en Ecuador”, Colombia.com, 16 mar. 2016 [<http://www.colombia.com/actualidad/internacionales/sdi/133544/confirman-identidad-de-turistas-argentinas-muertas-en-ecuador> – acesso em: 29 ago. 2016].

<sup>15</sup> “No viajaban ‘solas’, así responden en redes al asesinato de turistas argentinas”, Perú 21, 5 mar. 2016 [<http://peru21.pe/redes-sociales/no-viajaban-solas-asi-responden-redes-asesinato-turistas-argentinas-2240623> – acesso em: 12 ago. 2016].

aparecendo *hashtags* em outras línguas como *#I travel alone* e *#Je voyage seule*.<sup>16</sup>

Nesse contexto, a estudante paraguaia Guadalupe Acosta, tomando emprestada a voz de uma das garotas, escreveu uma carta que começa com as palavras: “Ayer me mataron...”. É um texto belo e criativo que denuncia a desigualdade de gênero e a culpabilização das vítimas de violência sexual e, ao mesmo tempo, chama as mulheres a reagirem e a multiplicarem as ações para mudar essa situação. Essa carta se disseminou viralmente nas redes sociais, chegando a ter 600.000 compartilhamentos em menos de 10 dias. O ponto que me interessa destacar em relação a essas reações é que elas também se manifestaram com força no Brasil, onde rapidamente se disseminaram em português as *hashtags* que circularam em outros países, como **#QueroViajarSozinhaSemMedo**.

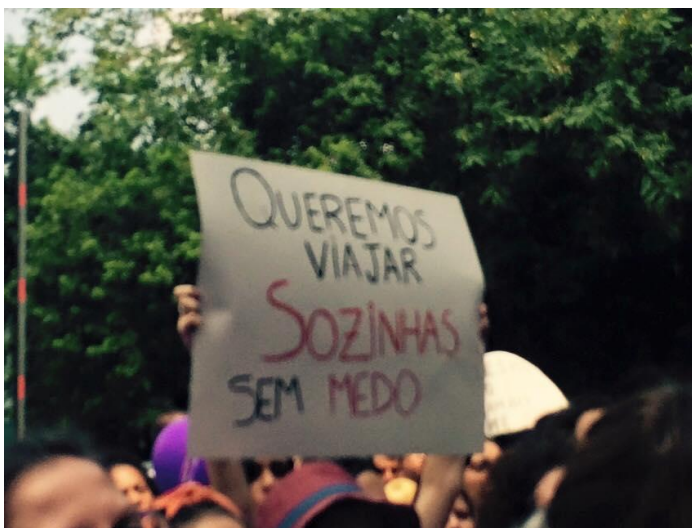


---

<sup>16</sup> “Yo sí viajo sola”, María Fernanda Ampuero, *Mujer Hoy*, 10 ago. 2016  
[\[http://www.mujerhoy.com/vivir/ocio/201608/03/viajo-sola-mujer-20160803141235.html](http://www.mujerhoy.com/vivir/ocio/201608/03/viajo-sola-mujer-20160803141235.html) – acesso em: agosto de 2016].



Essa *hashtag* circulou intensamente em páginas do *facebook* no 8 de março, dia internacional da mulher, e se tornou consigna nas celebrações/protestos desse dia, em 2016, como nas realizadas pela rede “USP não cala”. Diversas páginas no *facebook* divulgaram a carta denúncia de Guadalupe Acosta que, traduzida para o português, também foi reproduzida na revista *Capricho* on line<sup>17</sup> e no Jornal *El País/Brasil*.



USP não cala, São Paulo, 8/3/2016.<sup>18</sup>

O material produzido e/ou disseminado no Brasil não é homogêneo. Em algumas reflexões escritas por mulheres em *blogs*

---

<sup>17</sup> “Só morta entendi que para o mundo não sou igual a um homem”, Isabella Otto, *Revista Capricho*, 4 mar. 2016 [<http://capricho.abril.com.br/vida-real/so-morta-entendi-mundo-eu-nao-sou-igual-homem-939700.shtml>] – acesso em: 12 ago. 2016].

<sup>18</sup> Postagem de Laura Moutinho na página facebook da Rede USP não Cala, em 8/03/2016 [<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10208441381893555&set=pcb.10208441425054634&type=3&theater>] – acesso em: ago. 2016].

de viagens está presente a indignação pelos assassinatos, mas os comentários estão, sobretudo, voltados para oferecer conselhos práticos que aumentem a segurança e a diminuição da vulnerabilidade das viajantes.<sup>19</sup> Em *blogs* e revistas feministas *on line* destaca-se a revolta em relação à ideia disseminada em jornais do exterior, segundo os quais as jovens “estavam sozinhas”. Essas postagens destacam que o fato de tratar-se de duas mulheres, e portanto não estarem sós, foi ignorado em razão de elas não estarem em companhia masculina<sup>20</sup> e expressam revolta em relação ao “machismo que mata” e ainda culpa as “vítimas”.<sup>21</sup> E matérias da grande imprensa reiteraram várias das ideias de postagens feministas que circularam nas redes sociais. Na revista *Capricho*, a autora de um texto sobre o assassinato afirmou que as jovens argentinas viajavam “juntas” e não “desacompanhadas”<sup>22</sup> e, reagindo à culpabilização das vítimas, estabeleceu relações entre esse assassinato e a violência sexual da qual são objeto mulheres e meninas no âmbito de espaços muito diversos, locais turísticos ou campos de refugiados, chamando a atenção para a situação de vulnerabilidade à violência comum a

---

<sup>19</sup> Camila: “Quando um mochilão de amigas argentinas termina em tragédia”, Blog “MustShareBR”, 1 mar. 2016 [<http://mustsharebr.com/2016/03/01/mochilao-argentinas-tragedia-america-do-sul/>] – acesso em: 17 ago. 2016]; Janira Borja: “Mulheres deveriam viajar sozinhas pelo menos uma vez na vida”, Blog “Burocrata Viajante”, 6 mar. 2016 [<http://www.burocrataviajante.com.br/2016/03/mulheres-deveriam-viajar-sozinhas-pelo.html>] – acesso em: 15 ago. 2016]; “#ViajoSozinha: assassinato de jovens turistas não pode intimidar viajantes”, Blog “Lado B Viagem”, 8 mar. 2016 [<http://ladobviagem.com.br/?p=1108>] – acesso em: 11 ago. 2016].

<sup>20</sup> Letícia Bahia, “Elas estavam sozinhas”, 4 de março de 2016, página facebook da Revista AZMina [<https://www.facebook.com/revistaazmina/photos/a.548351111970610.1073741829.541675135971541/654491004689953/?type=3&theater>].

<sup>21</sup> Lola Aronovich: “A sina das mulheres que ousaram viajar ‘sozinhas’”: Blog “Escreva Lola Escreva”, 5 mar. 2016 [<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2016/03/a-sina-das-mulheres-que-ousaram-viajar.html>] – acesso em: 12 ago. 2016].

<sup>22</sup> Ver nota 16.

todas as mulheres, idosas ou adolescentes, independentemente de idade ou localização.<sup>23</sup>

A trama tecida pela indignação teve como efeito o “caso” das argentinas superar o caráter efêmero de muitas denúncias que circulam na internet. Os twittaços relacionados com a morte das turistas argentinas no Equador se concentraram no mês de março. No entanto, o episódio continuou sendo evocado ao longo de vários meses.<sup>24</sup>

### Mídias e trama política: entre os registros da violência e a causa social

A reação a esses assassinatos no Brasil é inusual, considerando que durante a década de 2010, assassinatos e/ou estupros de turistas noticiados pela mídia não provocaram respostas análogas. Entre esses episódios, vale mencionar o estupro que teve lugar, em abril de 2013, no Rio de Janeiro. Nesse mês, os jornais noticiaram o ataque a um casal de estrangeiros,

---

<sup>23</sup> “Só morta entendi que para o mundo não sou igual a um homem”, Isabella Otto, *Revista Capricho*, 4 mar. 2016 [<http://capricho.abril.com.br/vida-real/so-morta-entendi-mundo-eu-nao-sou-igual-homem-939700.shtml>], Acessado em: 12 ago. 2016].

<sup>24</sup> Em maio de 2016, num texto publicado no *blog* “Pela rua virando lata”, a autora afirma que as mulheres continuarão viajando sem homens, família e até sem amigas. E lembra das jovens assassinadas apelando à comunidade de experiências entre mulheres: **“elas eram eu e você, e elas não podem ser esquecidas**. Estamos todas juntas, nem uma a menos”, Pcvasconcellos, #NiUnaMenos”, Blog “Pela rua virando lata”, 9 mai. 2016 [<https://pelaruavirandolata.com/2016/05/09/niunamenos/> – acesso em: 15 ago. 2016]. E em julho desse ano, no artigo postado na página das *Bloqueiras Feministas*: “Duas mulheres viajando sozinhas... Como assim? Como uma mulher quer viajar sem companhia uma jovem de 20 e poucos anos refletia sobre a experiência de viajar sem companhia masculina entrelaçando sua recente experiência de viagem com a história das turistas argentinas. Texto de Lara Ramos para as Bloqueiras Feministas. 28/07/2016 [[http://bloqueirasfeministas.com/2016/07/duas-mulheres-viajando-sozinhas-como-assim-como-uma-mulher-quer-viajar-sem-companhia/?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Feed%3A+BloqueirasFeministas+%28Bloqueiras+Feministas%29](http://bloqueirasfeministas.com/2016/07/duas-mulheres-viajando-sozinhas-como-assim-como-uma-mulher-quer-viajar-sem-companhia/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+BloqueirasFeministas+%28Bloqueiras+Feministas%29) – acesso em: junho de 2016].

uma turista dos Estados Unidos de 21 anos e seu namorado francês. De acordo com os relatos, ela foi roubada e estuprada por homens que teriam saído a “caçar gringos”, enquanto o namorado foi espancado e forçado a olhar os estupro. Essa jovem ainda teria sido oferecida a um traficante que a teria rejeitado por estar em “mal estado”.<sup>25</sup>

Um dos principais pontos levantados nas mídias brasileiras em relação a esse episódio é que ele levantaria temores sobre a segurança de visitantes na Copa do Mundo no Brasil no seguinte ano. Nas matérias, há comentários sobre os paralelos realizados por veículos midiáticos internacionais, a *CNN* e o *The Guardian*, entre esse caso, no Rio, e o estupro e violência contra um casal suíço, no mês anterior, na Índia. Nesse país, o fluxo de turistas estrangeiros teria diminuído 25%, depois que passou a ser notícia internacional por episódios de violência contra a mulher, e a queda nas visitas de mulheres teria sido ainda mais intensa: 35%.<sup>26</sup> Em agosto de 2013, de acordo com algumas matérias, o Brasil foi integrado na lista dos países mais perigosos para as mulheres, conjuntamente com a Índia, a Turquia, a Colômbia, o México e o Quênia.<sup>27</sup> Após o estupro de uma jovem estadunidense de 16 anos

---

<sup>25</sup> Turista americana foi estuprada oito vezes na van do terror, 8/04/2013, Veja.com [<http://veja.abril.com.br/brasil/turista-americana-foi-estuprada-oito-vezes-na-van-do-terror/> – acesso em: junho de 2016].

<sup>26</sup> Marcos Prates: “Estupro de turista assusta mídia internacional antes da Copa”, Revista Exame, 1 abr. 2013 [<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/estupro-de-turista-assusta-midia-internacional-antes-da-copa> – acesso em: 24 ago. 2016]. Essas impressões e analogias com o estupro coletivo sofrido por uma jovem estudante na Índia foram reproduzidas em matérias veiculadas em jornais e também em um registro de mídia feminista no Brasil. “Imprensa Americana repercute estupro de turista em van no Rio”, Geledés, 4 abr. 2013 [<http://www.geledes.org.br/imprensa-americana-repercute-estupro-de-turista-em-van-no-rio/> – acesso em: 26 ago. 2016].

<sup>27</sup> “Brasil é considerado um dos lugares mais perigosos para turistas mulheres”, Bahia no ar, 12 ago. 2013 [<http://bahianoar.com/brasil-e-considerado-um-dos-lugares-mais-perigosos-para-turistas-mulheres/> – acesso em: 29 ago. 2016]. Nesse contexto foi difundida a notícia do estupro de uma turista argentina de 55 anos em Búzios, “Turista argentina diz ter sido estuprada em Búzios, no Rj”, Portal G1, 2 set. 2013 [<http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2013/09/turista->

em Porto Seguro, em 2015<sup>28</sup>, essa lista, atualizada, foi novamente divulgada, disseminando a ideia de que o Brasil seria o segundo lugar mais perigoso do mundo para as mulheres viajantes, só superado pela Índia e seguido por Turquia, Tailândia e Egito.<sup>29</sup>

No Ceará, onde realizei pesquisas sobre turismo internacional na segunda metade da década de 2000 (Piscitelli, 2011; 2015), as notícias sobre estupros e assassinatos de turistas se multiplicaram na década de 2010. De acordo com diversas matérias, em finais de 2014, uma turista italiana que viajava só foi assassinada em Jericoacoara.<sup>30</sup> Um ano depois, nesse local, foi assaltada e estuprada uma turista alemã que estava acompanhada por um austríaco.<sup>31</sup> Em 2016, uma turista lituana separou-se de um grupo de ciclistas no caminho entre Jericoacora e Fortaleza e foi assaltada e estuprada.<sup>32</sup> Nesse mesmo ano, uma turista japonesa

---

[argentina-diz-ter-sido-estuprada-em-buzios-no-rj.html](#) – acesso em: 29 ago. 2016].

<sup>28</sup> “Turista Americana de 16 anos é estuprada em praia de Porto Seguro”, Tribuna da Bahia, 3 ago. 2015 [http://www.tribunadabahia.com.br/2015/08/03/turista-americana-de-16-anos-estuprada-em-praia-de-porto-seguro – acesso em: 25 ago. 2016].

<sup>29</sup> “Brasil é 2º em lista de piores países para mulheres turistas”, Portal Terra, 24 fev. 2015 [https://mulher.terra.com.br/brasil-e-2-em-lista-de-piores-paises-para-mulheres-turistas,01a2df104acbb410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html – acesso em: 24 ago. 2016].

<sup>30</sup> “Turista italiana é encontrada morta na praia de Jericoacoara”, SINAIS DE VIOLÊNCIA, O povo on line, 26/12/2014 [http://www20.opovo.com.br/app/ceara/ijocadejericoacoara/2014/12/26/notijocadejericoacoara.3368267/turista-italiana-e-encontrada-morta-em-praia-de-jericoacoara.shtml – acesso em: abril de 2017].

<sup>31</sup> Turista alemã é assaltada e estuprada na Praia de Jericoacoara, 27/12/2015, Tribuna do Ceará [http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/turista-alema-e-assalta-e-estuprada-na-praia-de-jericoacoara/ – acesso em: junho de 2016].

<sup>32</sup> Turista da Lituânia é estuprada no Ceará, Tribuna on line, 30/05/2016 [http://www.tribunaonline.com.br/turista-da-lituania-e-estuprada-no-ceara/ – acesso em: junho de 2016].

foi atacada com uma paulada na cabeça, roubada e sofreu “tentativa de estupro” na Praia do Futuro, em Fortaleza.<sup>33</sup>

O assassinato da turista italiana em Jericoacoara provocou a mobilização dos movimentos sociais de maneira mais contundente. No entanto, essa reação foi em defesa não da mulher morta, mas de uma mulher brasileira, negra, detida como suspeita. Trata-se de uma farmacêutica, estudante de pós-graduação no Rio de Janeiro, que tinha tido contato com a vítima e foi considerada suspeita pela polícia. A prisão, considerada arbitrária, injustificável e devido ao preconceito, mobilizou movimentos em defesa dos direitos humanos, o movimento negro e feministas negras.<sup>34</sup> Meus comentários não pretendem questionar ou relativizar a importância da defesa dessa mulher negra, detida injustamente. O meu ponto é que até o caso das jovens argentinas mortas no Equador, a violência contra as turistas não havia se tornado uma questão relevante para setores dos feminismos no Brasil.

Como a violência envolvendo essas turistas se tornou particularmente importante para os feminismos no país? A construção do “caso” no âmbito da complexa formação do feminismo atual no Brasil certamente é um fator central no destaque por ele adquirido. Sonia Alvarez aborda (2014) essa complexidade considerando os feminismos como campos discursivos de ação. A autora percebe esses campos como marcados, nesse momento, por um fluxo horizontal de discursos e

---

<sup>33</sup> Turista japonesa sofre tentativa de estupro em plena luz do dia na cidade mais violenta do Brasil e a 12º do mundo”, Ariquemes online, 31 jan. 2016 [<http://www.ariquemesonline.com.br/noticia.asp?cod=300185&codDep=22> – acesso em: 26 ago. 2016].

<sup>34</sup> Cidinha Silva. Diário do Centro do Mundo. A lição da libertação de uma carioca acusada da morte de uma turista italiana, 26/08/2015 [<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-licao-da-libertacao-de-uma-carioca-acusada-da-morte-de-uma-turista-italiana-por-cidinha-silva/> – acesso em: abril de 2016]; Dois meses depois: Quem matou Gaia Molinari? Entrevista com Mirian França, 26/02/2015 [<http://www.geledes.org.br/dois-meses-depois-quem-matou-gaia-molinari-entrevista-com-mirian-franca/#qs.Y7hKjgo> – acesso em: abril de 2016].

práticas plurais que se expande em diversos setores paralelos da sociedade civil e para além dela, multiplicando os campos feministas, conduzindo a uma proliferação geométrica de atoras que com eles se identificam e a um descentramento no interior desses feminismos plurais. De acordo com Alvarez, esses campos são articulados mediante pontos nodais, através de redes político-comunicativas e de linguagens, sentidos e visões de mundo pelo menos parcialmente compartilhadas. E nessa expansão e popularização do feminismo, as chamadas “feministas jovens”, extremamente heterogêneas, têm adquirido particular visibilidade e a internet tem adquirido lugar de destaque.

Considerando essa importância, Ferreira (2016) observa que, no Brasil, desde 2011, entender as manifestações feministas requer levar em conta as relações mediadas entre redes ativistas *on e off line*. Segundo a autora, nesse período a internet tem tido um papel central na articulação de pessoas e na tradução de termos, ideais e lutas feministas. A *web* teria permitido a constituição de redes que aprofundaram contatos em e entre grupos já existentes e, ao mesmo tempo, teria criado outras redes de comunicação como instrumento de identificação e recurso de ação política, em ações que, sem requerer uma militância/“consciência feminista” prévia, ampliaram consideravelmente o número de pessoas atingidas.<sup>35</sup> No entanto, a violência contra mulheres turistas no Brasil ao longo da década de 2010 não chamou a atenção dessas redes.

Paula Lacerda (2013:154) chama a atenção para a maneira pela qual “os casos” são construídos. De acordo com a autora, a credibilidade de uma denúncia está associada ao fato de tratar-se de uma causa de interesse coletivo que, produzindo empatia,

---

<sup>35</sup> A “Marcha das Vadias”, versão brasileira da *Slut Walk* que se originou no Canadá, em 2011, reagindo a um policial que, numa fala sobre prevenção ao estupro na Universidade de Toronto advertiu às mulheres que não deveriam se vestir como “putas” (Modelli, 2016:85), é tida por Ferreira (2015) como um dos acontecimentos feministas mais importantes no Brasil, na primeira metade da década de 2010, e como exemplo notável da articulação entre redes digitais e ocupação do espaço público.

suscita a capacidade de sensibilizar-se. Essa sensibilização, porém, faz parte de processos sociais a serem analisados considerando os agentes que neles participam, o tempo no qual eles têm lugar e a história das ações a eles vinculadas.

As reações feministas à morte das turistas argentinas, no Brasil, adquirem sentido considerando a particular trama política na qual elas tiveram lugar. As respostas ao assassinato das turistas argentinas no Equador, mediadas pela *internet*, tiveram lugar no âmbito de um momento particular da expansão dos ativismos feministas que a mídia denominou de “primavera feminista no Brasil”. Essa expressão alude à organização de diversos tipos de campanhas e de grandes manifestações de rua, articuladas principalmente pela *web* por redes feministas, a partir de 2015.<sup>36</sup> A expressão “primavera feminista” talvez possa ser problematizada. Isso, porém, não retira a relevância de ter chamado a atenção para a explosão de manifestações feministas ocorridas durante o longo processo político, marcado por um crescente conservadorismo<sup>37</sup> e seríssima acentuação na desestabilização de garantias de direito, que se deu de modo concomitante à grave crise política que culminou com o afastamento da presidenta eleita Dilma Rouseff.

Na primeira metade de década de 2010, a *web* mediou a intensificação de debates e campanhas sobre violência sexual. Vale mencionar as discussões sobre denúncia de violência sexual em campus universitários<sup>38</sup> e as campanhas

---

<sup>36</sup> Primavera feminista no Brasil, El País, 12/11/2015 [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533\_406426.html].

<sup>37</sup> Na leitura realizada por Lia Zanota Machado (2016) essa escalada conservadora teria tido início anos antes, considerando que a grande tensão que mudou os termos da negociação entre feminismo e Estado se iniciou em 2005/2006. A partir da denúncia do “Mensalão”, na troca de moedas políticas, o governo teria tido apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil desde que não levasse adiante o projeto do aborto.

<sup>38</sup> Violência sexual é mais comum em festas e trotes, diz professora da USP, Globo.com, 23/08/2014 [http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/08/violencia-sexual-e-mais-comum-em-festas-e-trotes-diz-professora-da-usp.html].



#EuNaoMerecoSerEstuprada, reagindo à divulgação de uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Aplicadas/IPEA, realizada em 2014<sup>39</sup> (Modelli, 2016:56), e #meuprimeiroassédio, em abril de 2014.<sup>40</sup> Em 2015, porém, as campanhas recrudesceram aceleradamente reagindo aos ataques de políticos conservadores aos direitos das mulheres e de pessoas LGBT.

Bila Sorj (2016) sintetiza essas ofensivas, no Congresso Nacional. Segundo a autora, os ataques operaram em dois planos. O primeiro se refere às reformas legislativas que representam retrocessos nos direitos sexuais e reprodutivos, como a que cria obstáculos para o atendimento, pelo serviço público de saúde, de mulheres que engravidaram em decorrência de estupro, reduzindo o acesso ao aborto legal. O segundo plano se refere a uma ofensiva conservadora sobre as novas visões de cidadania que foram construídas pelos movimentos feministas, negro e LGBT nas últimas décadas. Em 2014, por pressão de parlamentares conservadores foi suprimido do Plano Nacional de Educação o trecho que, segundo eles, promovia a nefasta “ideologia de gênero”. O trecho abolido dizia que as escolas deveriam promover a igualdade de gênero, raça e orientação sexual e ainda ações de combate ao preconceito sexual, de gênero, e étnico-racial nas escolas públicas. Desse modo, negava-se a pluralidade e a diversidade de posições sociais reivindicadas pelos movimentos sociais.

Sorj (2016) e Modelli (2016) convergem em assinalar que o clima de campanhas moralizadoras e de retrocesso de direitos

---

<sup>39</sup> Nessa pesquisa, cujos dados foram corrigidos pouco tempo depois, 65,1% dos entrevistados concordaram com a afirmação de que "mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas". De acordo com a correção só seriam 26% (Modelli, 2016; "Ipea errou: 26%, e não 65%, concordam que mulheres com roupas curtas merecem ser atacadas" [<http://veja.abril.com.br/politica/ipea-errou-26-e-nao-65-concordam-que-mulheres-com-roupas-curtas-merecem-ser-atacadas/>]).

<sup>40</sup> Na campanha se pedia às mulheres que revelassem seu primeiro caso de assédio sexual ou a primeira vez da qual se lembrassem de terem sofrido alguma forma de abuso (Sorj, 2016).

individuais impulsionaram os ativismos feministas juvenis. Manifestações convocadas pelas redes sociais, particularmente, as “Mulheres contra Cunha”<sup>41</sup>, entre outubro e novembro de 2015, tiveram grande adesão e impacto na mídia (Sorj, 2016). E como reação a esses ataques aos direitos das mulheres teria aumentado a interação com *blogs* mais antigos e teriam surgido novos *blogs* e páginas feministas na internet (Modelli, 2016). As respostas ao assassinato das turistas argentinas no Equador tiveram lugar nesse contexto de efervescência política e inusitada expansão de manifestações feministas.

Esse “caso” adquiriu no Brasil o estatuto de causa social feminista nesse tempo de expansão geométrica dos campos discursivos de ação feministas heterogêneos, nos termos de Alvarez (2014), de extrema agitação mediada pela *web*, a partir de postagens que mobilizaram a empatia coletiva, acionando noções de desigualdade de gênero, machismo”, violência sexual, e culpabilização das vítimas e suscitaram emoções apelando a uma vulnerabilidade comum a todas as mulheres, em contextos extremamente diferentes.

### **Violência, gênero e sexualidade**

As noções acionadas na disseminação do “caso” das turistas argentinas no Equador, significativas para os feminismos, remetem a uma conceitualização que já circulava no país e se difundiu intensamente em 2016<sup>42</sup>, a de “cultura do estupro”. Esse termo foi criado nos Estados Unidos, na década de 1970, marcando as

---

<sup>41</sup> Essas manifestações se opunham à aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei de autoria do deputado e então presidente da Câmara Eduardo Cunha, que dificulta ainda mais o acesso de vítimas de violência sexual ao aborto e a contraceptivos de emergência (Sorj, 2016).

<sup>42</sup> Adolescente é vítima de estupro coletivo no Rio de Janeiro, 26/05/2016, Band notícias [\[http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/videos/15875174/adolescente-e-vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-de-janeiro.html\]](http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/videos/15875174/adolescente-e-vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-de-janeiro.html) – acesso em: julho de 2016].

diferenças entre leituras do estupro realizadas por feminismos liberais e radicais. De acordo com Rebecca Whisnant (2013), as leituras liberais tendem a considerar o estupro como um ataque neutro, em termos de gênero, à autonomia individual, sendo análogo a outras formas de ataque e/ou de apropriação ilegítima e se centrariam sobretudo no dano que o estupro faz a vítimas individuais. Segundo a autora, as leituras mais radicais afirmam que o estupro deve ser compreendido como um importante pilar do patriarcado, vinculado a construções patriarcais de gênero e sexualidade, no contexto de sistemas mais amplos de poder masculino e destacam o dano que o estupro faz às mulheres enquanto grupo.

No âmbito dessas discussões, Susan Brownmiller, em um livro publicado em 1975 que é considerado um divisor de águas em termos das discussões sobre o tema<sup>43</sup>, trabalhou com a ideia da necessidade de examinar os elementos da cultura que promovem e difundem atitudes violentas, oferecendo aos homens que integram a população de potenciais estupradores a ideologia e o estímulo psicológico para cometer atos de agressão (Brownmiller, 1975:391). Nesse livro já está presente a denúncia da culpabilização das mulheres que sofrem ataques sexuais. Nesse mesmo ano, foi produzido um documentário denominado “Cultura do estupro”<sup>44</sup>, ao que se atribui a primeira definição dessa noção, e, na primeira metade da década de 1990, a coletânea “Transformando a cultura do estupro”. O conjunto dessa produção é percebido como tendo por alvo as práticas culturais que reproduzem e justificam a perpetração da violência sexual (Rentschler, 2014).

As conceitualizações dessa noção que circulam no momento atual, no Brasil, na *web*, mostram algumas diferenças, mas

---

<sup>43</sup> *Against our will*, (Brownmiller, 1975).

<sup>44</sup> “Rape Culture”, filme de 1974/5 realizado pelo Cambridge Documentary Films, produzido por Margaret Lazarus and Renner Wunderlich, que examina as relações entre as fantasias sexuais no Estados Unidos e o estupro, através de filmes e outras mídias [<https://www.youtube.com/watch?v=3Ew3Pqjw5D8I>].

tendem a seguir a conceitualização de ONU Mulheres.<sup>45</sup> Numa reelaboração das formulações anteriores, essa conceitualização considera a “cultura do estupro” como “as maneiras pelas quais a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens”.

Um aspecto a ser destacado é que várias das noções e dos pressupostos nos quais se ancora essa conceitualização também são centrais nas perspectivas analíticas que, na produção internacional, tratam das relações entre gênero, sexualidade e turismo e consideraram a violência contra as turistas que viajam sem companhia masculina. Trata-se dos estudos sobre “turismo sexual feminino” e sobre “turismo romance”, problemáticas que, como assinei na apresentação deste texto, não têm relação com as viagens das turistas argentinas, mas compõem a literatura que tratou de maneira mais direta com a violência contra mulheres turistas.

Estupros, espancamentos e roubos nas relações entre homens locais e mulheres viajantes de fora, particularmente de países ou regiões mais “ricas”, foram considerados em estudos sócio-antropológicos realizados em diferentes partes do mundo, em análises voltadas para o “turismo sexual”<sup>46</sup> protagonizado por mulheres. Abordagens que hoje denominaríamos de “interseccionais” prestaram atenção a como gênero, raça, nacionalidade e classe operam nas distribuições diferenciadas de

---

<sup>45</sup> Porque falamos de cultura do estupro? ONU mulheres, 31/05/2016 [<https://nacoesunidas.org/por-que-falamos-de-cultura-do-estupro> – acesso em: julho de 2016]. Refiro-me a essa conceitualização porque ela mantém estreitas relações com o material levantado na internet, mas levo em conta que circulam, em estudos acadêmicos e documentos de trabalho, conceitualizações mais nuancadas da “cultura do estupro” (Engel, 2017)

<sup>46</sup> Utilizo o termos “turismo sexual” entre aspas, levando em conta as divergências sobre essa noção, que abrangem diversos aspectos, envolvendo principalmente os limites de uma conceitualização inicialmente formulada para analisar o turismo massivo à procura de sexo comercial no Sudeste da Ásia, e as percepções sobre como operam as distribuições diferenciadas de poder e as dinâmicas de gênero nos relacionamentos entre visitantes e nativos/os (Truong, 1990; Opperman, 1999; Piscitelli, 2007; Fosado, 2004; Cabezas 2009).

poder em locais turísticos, possibilitando às mulheres consumir sexo, permeado por fantasias racializadas do exotismo, oferecido por homens de lugares pobres (Kempadoo, 2004; Davidson, 1999). Esses trabalhos registram episódios de violência contra as turistas, mas essa violência não adquire centralidade em análises que destacam como o poder dessas mulheres torna possível que os homens locais sejam objetificados e até “sexualmente explorados” no “turismo sexual feminino”, na base dos privilégios conferidos pelas interseções entre raça, classe e nacionalidade (Taylor, 2006).

Autoras que, ao contrário, consideram os códigos de gênero como determinantes, afirmam que as turistas “ocidentais” viajam a lugares “pobres” a procura de romance e relacionamentos duradouros e não de consumo de sexo e elaboraram uma noção diferente: a de “turismo romance” (Pruitt; Lafon, 1995). Há posições intermediárias no que se refere às práticas sexuais e afetivas das turistas que viajam sem companhia masculina a regiões pobres do mundo.<sup>47</sup> No entanto, a noção de “turismo romance” é relevante porque as análises sobre turismo e gênero que, até o momento, têm concedido centralidade à violência que atinge as turistas, estão ancoradas em pressupostos que têm afinidade com essas ideias.

Uma autora importante no que se refere a analisar a violência contra essas turistas é Sheila Jeffreys (2003). Segundo ela, as configurações de gênero, independentemente de privilégios vinculados a raça, classe, nacionalidade, inevitavelmente têm o efeito de situar as viajantes de países “ricos” em posições subordinadas e, portanto, alvos de violência. A autora considera

---

<sup>47</sup> Essas posições intermediárias, destacando a diversidade de relacionamentos entre estrangeiras de países ricos e homens de regiões pobres, consideram que o foco dos relacionamentos pode estar no sexo, no romance, em uma combinação de ambos ou, ainda, na procura de companheirismo (Herold, Garcia; DeMoya, 2001). Essas abordagens não tem concedido atenção à violência perpetrada contra as turistas, mas sem negar os imaginários racializados e as vantagens estruturais dessas viajantes, sublinham a fluidez presente em relacionamentos nos quais desejo e controle são permanentemente negociados, no espaço da intimidade (Frohlick, 2007, 2011, 2013a; 2013b).

os argumentos baseados em leituras interseccionais como neutros, em termos de gênero, porque obscureceriam as dinâmicas da violência masculina. Jeffreys pensa esses argumentos como obra de feministas marxistas que não percebem o patriarcado como primário e privilegiam as opressões de classe e de raça sobre as de gênero. Para demonstrar a inadequação dessas abordagens em termos das relações estabelecidas por essas turistas, a autora toma como referência análises de “violência doméstica”<sup>48</sup> em contextos “ocidentais”. Essa violência é considerada efeito da construção da sexualidade dos homens no âmbito da dominação masculina, que os conduz a confirmar sua masculinidade por meio de práticas de objetificação e de agressão – enquanto a sexualidade das mulheres, construída a partir de uma posição de ausência de poder, se expressaria de maneiras muito diferentes. Essa interpretação valeria também para a análise da violência contra as turistas. Para Jeffreys, as análises adequadas sobre essa problemática seriam as que recorrem à ideia de uma estrutura patriarcal englobante como marco explicativo.

Um ponto a ser destacado é que essa leitura torna praticamente equivalente a violência à qual são sujeitas as mulheres por seus parceiros/cônjuges em seus locais de origem à violência à qual são sujeitas as turistas estrangeiras que viajam sem companhia masculina a regiões “pobres” do mundo. A ideia é que os privilégios raciais e econômicos são muito mais frágeis que o privilégio (universal) concedido pelo “estatuto de gênero ou sexual”.

O recurso de apelar à “violência doméstica”/“conjugal” para pensar em diferentes modalidades de violência contra as mulheres perpetradas em diversos contextos é problemática. No entanto, ela está longe de ser original. Debert e Gregori (2016) observam que a produção brasileira sobre gênero e violência mostra como a

---

<sup>48</sup> Utilizo a expressão “violência doméstica” entre aspas para destacar que é um termo utilizado pela autora, e também levando em conta as análises críticas realizadas por Debert e Gregori (2016) que situam historicamente esse termo no âmbito da produção brasileira e o problematizam.

violência conjugal tem sido a referência praticamente exclusiva para a violência contra as mulheres e, segundo Gregori (2010), tem se constituído como o caso paradigmático para descrever a violência contra a mulher em geral. Aspectos dessa relação também são visíveis na produção internacional. Nesse sentido, propostas recentes e orientadas por perspectivas interseccionais são particularmente interessantes.

Um número especial sobre violência publicado no periódico *Feminist Review* em 2016 é significativo. Na produção internacional há um reconhecimento da heterogeneidade existente nos estudos que analisam a violência contra as mulheres. Algumas abordagens concedem a essa violência o estatuto de categoria de análise, definindo-a de maneira ampla ou mais restrita. Outros estudos procuram estabelecer “parâmetros científicos” para mensurar essa violência e, a partir deles, realizar estudos comparativos. Finalmente, outras perspectivas consideram a violência contra as mulheres a partir de termos culturais e politicamente específicos (Jones, 2016). Na introdução a esse número da revista, as organizadoras optam por definir a violência contra as mulheres, mas em termos amplos para poder abranger diferentes tipos de violência em diversas partes do mundo<sup>49</sup> (Gill; Heathcote; Williamson, 2016).

Essas autoras consideram a violência contra as mulheres como um aspecto destacado da desigualdade de gênero no âmbito global e também recorrem à ideia de patriarcado, mas, diferentemente de Sheila Jeffreys (2003), afirmam que essa violência também está vinculada a outros sistemas de desigualdade baseados na sexualidade, na raça e na classe. Além disso, elas consideram que as múltiplas experiências da violência, cujos métodos, perpetradores e agendas são diversificados, estão inter-relacionadas, são co-constitutivas e se reforçam mutuamente

---

<sup>49</sup> A violência contra as mulheres é definida por essas autoras como englobando qualquer dano físico, sexual, psicológico, emocional, financeiro ou social causado a uma mulher por indivíduos, grupos, instituições ou estados, baseado inteiramente, ou em parte, no fato dela ser mulher.

em diversos planos: individuais, institucionais e no plano do Estado. E ainda sugerem ter cautela no que se refere à transposição de compreensões locais, nacionais, regionais e internacionais de violência contra as mulheres, alertando para o risco de universalizá-las e de articular respostas/interpretações que, extrapolando as condições locais, sejam pouco eficazes para as necessidades específicas das mulheres. No entanto, também elas acabam centrando-se nas análises da “violência doméstica” (Gill; Heathcote; Williamson, 2016).

O ponto importante aqui é que mesmo em abordagens interseccionais que pretendem dar atenção à diversidade de contextos e a diferentes modalidades de violência, a violência contra as mulheres adquire o estatuto de categoria de análise e é representada pela categoria “violência doméstica”, que continua operando como paradigmática. E o patriarcado persiste como marco explicativo, embora sua centralidade seja matizada por outras desigualdades.

Em termos dos estudos sobre gênero, violência e turismo, análises como a de Jeffreys apresentam o problema de operar com uma perspectiva essencializante e universalizante de gênero e poder que, tomando como referência as análises de “violência doméstica”/“conjugal”, desvinculam as relações entre gênero e violência da complexidade de dinâmicas políticas presentes nos contextos nas quais elas têm lugar e das eventuais articulações entre diferentes dimensões e modalidades de violência. E a persistência do foco na “violência doméstica” e do patriarcado como marco explicativo, inclusive em perspectivas que, como a de Gill, Heathcote e Williamson (2016), afirmam a necessidade de levar essa complexidade em conta, é intrigante, considerando a história da produção feminista sobre as relações entre gênero e violência.

Nos primeiros trabalhos acadêmicos sobre o tema, no Brasil, na década de 1980, a “violência contra a mulher” era pensada como um ato em que a mulher se encontra na posição de vítima e o homem é o operador da violência (Franchetto; Cavalcanti; Heilborn, 1984). Essa percepção mantém relações com a ideia de



que a violência ocorre como resultado de uma estrutura de dominação cuja base social e simbólica é o Pater-famílias, como mostram Debert e Gregori (2016) analisando as formulações de Heleieth Saffiotti, e contribui para compreender a redução da violência contra as mulheres à violência conjugal e doméstica. Essa perspectiva também era corrente na literatura feminista internacional. Dworkin (1975:26) atribuía a violência contra as mulheres ao Patriarcado, instituição cuja unidade social básica era a família. Esse termo estava associado à ideia de Pater-famílias – cujo significado seria proprietário de escravos. De acordo com a autora, nos “velhos tempos” o estuprador de uma mulher ocuparia o lugar do seu pai como seu proprietário. No entanto, as análises sobre as relações entre gênero e violência foram rapidamente tornando-se mais complexas.

Vale lembrar os esforços de teorização, no final da década de 1980, entre as feministas “do Terceiro Mundo”, “pós-coloniais” e “transnacionais”, contestando, como fez Chandra Mohanty (1988), a ideia de uma conspiração masculina internacional e de uma hierarquia de poder ahistorica, na forma de uma noção monolítica de patriarcado ou de dominação masculina. Nos inícios da década de 1990, Henrietta Moore (1993)<sup>50</sup> chamava a atenção para a necessidade de pensar as relações entre gênero e violência numa perspectiva interseccional e levando em conta as dinâmicas sociais no entrelaçamento de planos, nacionais e internacionais.

Na décadas de 2000 e 2010, uma explosão de riquíssima produção brasileira e internacional sobre as relações entre gênero e violência mostrou a fertilidade dessas observações. Trata-se de uma literatura que, afastando-se de explicações circulares sobre as relações interpessoais, abriu novos caminhos analíticos. Refiro-me, particularmente aos estudos vinculados às gestões administrativas

---

<sup>50</sup> Procurando refletir sobre gênero e violência em uma diversidade de contextos e níveis, nacional e internacional, a autora considerava como gênero e raça remetiam a diferenças muito reais entre grupos e indivíduos, e também se tornavam em linguagens que representavam o poder como sexualizado e racializado, imbricadas em processos políticos e econômicos que estão fora do controle das comunidades locais (Moore, 1993).

do Estado (Vianna; Farias, 2011), às re-organizações étnico territoriais no processo de formação de novos Estados (Das, 2011; Schwartz Peres, 2011), às novas características assumidas pelos conflitos armados nos quais a violência contra as mulheres deixou de ser um efeito colateral, tornando-se em objetivo estratégico nesses cenários (Segato, 2014) e, em termos amplos, à violência que tem lugar em espaços/situações que estão fora do âmbito do privado, como a perpetrada por desconhecidos no brutal estupro coletivo que teve lugar num ônibus em Nova Delhi, em 2012 (Roy, 2014).

O conjunto dessa diversidade de abordagens sobre as relações entre gênero e violência aponta para um problema metodológico presente em várias perspectivas, que tratam da violência que atinge as mulheres, incluindo aquelas que viajam sem companhia masculina. Refiro-me ao modelo de violência “doméstica/conjugal” utilizado para analisar diferentes modalidades de violência vinculadas às relações interpessoais, independentemente do contexto e das dinâmicas e dimensões de violência envolvidas. Nesse sentido, as leituras mais complexas das relações entre gênero e violência provocam a impressão de que apenas alguns “tipos” ou modalidades de violência permitissem romper essas grades analíticas, desafiando a aplicabilidade do modelo de violência “doméstica”/“conjugal”, como os conflitos coletivos e/ou distantes do âmbito da intimidade. Rita Segato (2014) faz uma distinção entre os crimes de guerra e os crimes de motivação sexual, crimes ordinários de gênero ou da intimidade, chamando a atenção para as diferenças entre a violência de gênero que se materializa em cenários impessoais, desvinculados da intimidade e a violência que responde a motivações pessoais. O desafio a ser ainda enfrentado parece ser articular essa complexidade na violência contra as mulheres nas relações interpessoais e no âmbito da intimidade.

Esse conjunto de abordagens também aponta para tensões internas no campo político/acadêmico em torno das relações entre gênero e violência, particularmente visíveis nas análises realizadas em perspectivas interseccionais. O campo da violência contra as

mulheres foi conformado décadas atrás, considerando-a basicamente como expressão da dominação masculina. Como assinalam Debert e Gregori (2016), quando esse campo se constituiu, na década de 1970, a “condição das mulheres” era interpretada por meio de pressupostos universalizantes, considerando a opressão como uma situação compartilhada por elas, para além de suas diferenças e dos contextos históricos e culturais por elas habitados.

Ao longo das décadas, esses pressupostos foram problematizados incisivamente em diversas áreas de atuação feminista, implodindo a ideia de “condição feminina” e de dominação masculina universal (Piscitelli, 2002; Corrêa, 1999). No entanto, as relações entre violência e gênero parecem colocar um desafio particular a essas problematizações: como olhar para um fenômeno percebido como tendo alcance global, levando em conta especificidades culturais, sem estereotipar, sem generalizar, mas considerando que a violência sexual e física contra as mulheres, como ameaça permanente, parece ter impactos em todas as mulheres?

Defrontadas com essas questões, diversas autoras feministas, inclusive várias que procuram trabalhar em abordagens interseccionais, acabam afirmando a ideia de que no mundo, para além de outras considerações, as mulheres continuam a enfrentar os efeitos de relações de poder desiguais entre homens e mulheres e apelando à noção de patriarcado (Jones, 2016).

No âmbito dessa tensão, na articulação entre ativismo e teoria (Mohanty, 1988) e no exercício de práticas teóricas como formas de ativismo (Spivak, 1990), várias consignas e afirmações dos feminismos, como os acionados nas reações ao “caso” das jovens turistas argentinas mortas no Equador, em outras manifestações enfrentando a violência contra as mulheres e também em trabalhos acadêmicos, atualizam pressupostos feministas ora universalizantes, ora essencializantes, no que se refere a gênero e poder.

## Práticas feministas e essencialismos

Anos atrás, Spivak (1990) respondeu uma pergunta formulada por Elizabeth Grosz sobre o recurso à universalização para discutir a opressão das mulheres. Nessa ocasião, Spivak afirmou a importância de escolher estrategicamente um discurso não necessariamente universal, mas essencializante, pelo menos ocasionalmente. Para Spivak, nesse momento, era necessário ter o objetivo de opor-se aos discursos do essencialismo e do universalismo. No entanto, estrategicamente isso não seria possível, porque o essencialismo opera como um recurso que pode oferecer poder para lutar contra “o outro lado”. Portanto, seria mais importante utilizar esses recursos do que repudiá-los, embora sendo vigilantes no que se refere às próprias práticas teóricas.

Essas observações contribuem na compreensão do acionamento de essencialismos na teorização e no enfrentamento à violência. No entanto, vale observar que se os essencialismos podem ser produtivos, abrindo possibilidades de ação individual e coletiva, também envolvem riscos, sobretudo em termos teóricos. Nesse sentido, no âmbito das discussões sobre as relações entre gênero e violência, as noções e pressupostos vinculados à “cultura do estupro”, que mantêm relações com as noções acionadas nas denúncias do assassinato das turistas argentinas oferecem um exemplo.

A noção da “cultura do estupro” que circula na web está informada por uma concepção feminista na qual ela é vista como expressão do poder masculino. Os materiais utilizados para explicar como ela opera, remetendo a uma ideia de dominação masculina que atravessa fronteiras, a consideram como resultado de uma “socialização masculina” vinculada à violência que, às vezes, também parece estar fora do tempo, e adquire diversas expressões, materiais e simbólicas, na produção de propagandas, na produção e no consumo de pornografia e prostituição. E a culpabilização da vítima é recorrentemente vinculada ao “machismo” e ao “patriarcado”. O uso político dessa noção

certamente é eficaz. Oferecendo, nos termos de Alvarez (2014), uma linguagem e remetendo a uma visão de mundo compartilhada, possibilitou, no Brasil, um impressionante debate sobre a violência e as desigualdades que permeiam práticas corriqueiras, tidas como inocentes, como o “fiu fiu”. No entanto, essa noção é complicada em termos conceituais. E esse é um ponto ignorado em análises feministas que utilizam essa noção sem problematizá-la (Rentschler, 2014).

Um dos problemas dessa expressão é a utilização da noção de cultura. Num sugestivo texto, publicado 20 anos atrás, Lila Abu Lughod (1996) levanta como ponto central que na antropologia a noção de cultura, utilizada para explicar e compreender a diferença, teria sido a ferramenta essencial para criar um “outro”, em processos que contribuem para produzir essa diferença, tornando-a fixa e criando separações que inevitavelmente carregam um sentido de hierarquia.<sup>51</sup> Uma das vantagens atribuída à noção de cultura foi a de que retiraria a diferença do âmbito do inato, do natural, sendo percebida como aprendida e como algo que pode mudar. Mas, apesar dessa intenção anti-essencialista, essa noção acabou quase congelando as diferenças, outorgando a elas e à separação entre grupos de pessoas que promovem o ar do autoevidente. O Orientalismo é um exemplo, ao traçar as diferenças entre habitantes do “Ocidente” e “Oriente” de tal maneira que poderiam ser consideradas inatas. E essa fixação das diferenças envolve diversos procedimentos analíticos: o destaque concedido à coerência cultural; situar os “outros” fora do tempo, muitas vezes ignorando tanto processos históricos como conexões e interconexões, nacionais e transnacionais, de pessoas, formas culturais, mídias, técnicas e mercadorias.

Essa noção apaga diferenças importantes entre masculinidades, cristalizando homens na posição de algozes e mulheres na posição de vítimas, alimentando a atualização da afirmação de Andrea Dworkin (1976:20), para quem existe um

---

<sup>51</sup> Ela se refere à prática da antropologia como o estudo dos “outros” por um self “Occidental” não problematizado e não marcado.

único modelo de sexualidade masculina: “sob o patriarcado, o filho de toda mulher é seu potencial traidor e também é o inevitável estuprador ou explorador de outra mulher”.<sup>52</sup> Além disso, a noção “cultura do estupro” também apaga a percepção de que o estupro não é apenas uma arma da dominação de gênero, mas dos racismos, colonialismos e nacionalismos (Sorj, 2016b).

Em termos políticos, um dos problemas dessa noção reside em como ela se presta para traçar hierarquias entre feministas e alimentar enfrentamentos entre elas. Tomo como exemplo os recentes ataques, no Brasil, às putafeministas, prostitutas organizadas que se reivindicam coletivamente como feministas diante de outras feministas e que lutam pela regulamentação da prostituição. Feministas contrárias a essa posição, atualizando ideias contra o exercício dessa atividade formuladas por autoras como Dworkin (1976) e Catherine Mackinnon (1982)<sup>53</sup>, autoras que consideram essa atividade como inerentemente violenta, têm atacado as reivindicações dessas prostitutas em ações marcadas por uma intensa violência simbólica, expressada a partir de noções vinculadas à “cultura do estupro”. As acusações vão além de negar os direitos reivindicados pelas prostitutas como direitos das mulheres: convertem os objetos dessas reivindicações – descriminalização do entorno da prostituição e regulamentação laboral da prostituição – praticamente em causa da violência contra as mulheres e as putafeministas em cúmplices da “cultura do estupro”.

O que me interessa destacar é que, no âmbito das disputas constitutivas do campo feminista, essas reações acionam a noção

---

<sup>52</sup> No original: “Under patriarchy, every woman’s son is her potential betrayer and also the inevitable rapist or exploiter of another woman”.

<sup>53</sup> Catherine MacKinnon (1982) pensa a heterossexualidade como institucionalização da dominação sexual masculina e da submissão feminina. Segundo a autora, a supremacia sexual masculina funde a erotização da dominação com a construção social do feminino e do masculino. E a prostituição, o estupro e a pornografia são as expressões mais agudas dessa institucionalização e da instituição do gênero por ela realizada.

de “cultura do estupro” exercendo uma violência que talvez seja intrínseca à conceitualização de cultura, quando ela reprime ou ignora outras formas de diferença. E que, nesse caso, se materializa no ataque cruel a outras vozes feministas.

### **Considerações finais**

Neste artigo tomei como ponto de partida as (inusuais) reações feministas, no Brasil, à violência perpetrada contra as jovens turistas argentinas mortas no Equador. Considerar as condições de produção dessas reações e as noções e pressupostos nelas acionadas me ofereceu um fio condutor para refletir sobre as ferramentas analíticas existentes para analisar as relações entre gênero, sexualidade e violência no âmbito do turismo. Acompanhando ativismos e produção teórica, esse percurso mostrou como noções que se atualizam na complexa formação do feminismo atual, no Brasil, “dialogam” com as que permeiam a produção teórica sobre gênero, violência e turismo e sobre gênero e violência, em termos mais amplos.

O caminho trilhado sugere que os problemas presentes nos estudos sobre gênero, violência e turismo são análogos aos que se encontram em outras análises de violência contra as mulheres que tomam a violência “doméstica/conjugal” como modelo paradigmático, independentemente das desigualdades e dimensões de violência envolvidas. Esses problemas remetem a outras dificuldades teóricas, quando a força das análises interseccionais se dilui ante a força adquirida pelo Patriarcado como estrutura englobante, o que acontece, particularmente, quando a violência tem lugar na intimidade. Finalmente, o contraponto entre noções e pressupostos acionados nas formulações teóricas relativas à violência contra as mulheres e nos ativismos, tomando como referência ideias vinculadas à “cultura do estupro” acionadas na defesa das turistas argentinas, aponta para uma fusão entre as noções acionadas nessas duas dimensões políticas, marcadas por certa essencialização.

Para encerrar este texto, retomo os comentários de Spivak sobre a utilização de essencializações nos diversos âmbitos da prática feminista, lembrando sua advertência sobre a importância da vigilância no que se refere às práticas teóricas. Talvez exercer essa vigilância possibilite problematizar a fusão, sem distanciamento analítico, entre as noções e os pressupostos acionados em mobilizações coletivas e no trabalho teórico.

Se a política radical, como afirmou Strathern (1988), procura elementos de identidade para realizar mudanças, uma produção acadêmica radical questiona o terreno no qual são compartilhadas as experiências e se constrói a identidade. Nesse sentido, para a autora, a política radical, é “conservadora”, pois é obrigada a operacionalizar conceitos ou categorias já compreendidos ou aceitos. As reflexões críticas sobre os essencialismos da antropóloga maya Aura Cumes (2014) convergem com esse comentário de Strathern.

Cumes observa que utilizar e aceitar temporariamente uma posição essencialista pode ser necessário para dar maior força ao discurso e à ação política talvez porque a lógica hegemônica apenas compreende os seus próprios termos. O problema seria que o “essencialismo defensivo” é produzido em função/reagindo a outros essencialismos, num caminho que sacrifica a observação constante da realidade e sacrifica também a produção de conhecimento sobre ela. E não há garantias de que o essencialismo, mesmo que seja acionado como temporário, não se torne uma espécie de verdade, conduzindo a desprezar uma mirada crítica e inquisitiva sobre os processos sociais. E isso sucede mesmo que os essencialismos se conformem mais numa chave política do que analítica, no sentido de descrever e problematizar a realidade. A autora sublinha que com isso ela não quer dizer que uma noção “política” seja menos importante que uma noção “analítica”, mas se refere ao que sucede quando ambas são confundidas. Talvez, então, uma vigilância de nossas práticas teóricas possa contribuir para abrir caminhos férteis nas futuras análises sobre as diversas dimensões presentes nas relações



entre gênero e violência, inclusive quando ela se manifesta nas relações interpessoais, no âmbito da intimidade.

### Referências bibliográficas

- ABU-LUGHOD, Lila. Writing Against Culture. In: FOX, Richard G. (ed.). *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. School of American Research Press, 1996, pp.137-162.
- ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *cadernos pagu* (43), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, janeiro-junho de 2014, pp.13-56.
- ANTONIOLI, Fernanda Leão Autilio. Estrangeiras no Brasil: gênero no marco do turismo internacional. Relatório de iniciação científica, 2008 [<http://www.prp.rei.unicamp.br/pibic/congressos/xvicongresso/resumos/043484.pdf>].
- ANTONIOLI, Fernanda Leão A. Viagens no feminino: gênero, turismo e transnacionalidade. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP [<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000943647> – acesso em: 2 abr. 2017].
- BROWNMILLER, Susan. *Against our Will: Men Women and Rape*. New York Fawcett Columbine, 1975.
- CABEZAS, Amália. *Economies of Desire. Sex and Tourism in Cuba and the Dominican Republic*. Philadelphia, Temple University Press, 2009.
- CORRÊA, Mariza. O sexo da dominação. *Novos Estudos Cebrap* n° 54, São Paulo, jul. 1999, pp.43- 53.
- CUMES, Aura. Esencialismos estratégicos y discursos de descolonización. In: MÁRGARA, Millán (coord.). *Más allá del feminismo: caminos para andar* México, D. F., Red de Feminismos Descoloniales, 2014, pp.61-87
- DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *cadernos pagu* (37), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2011, pp.9-41.

- DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Conceptualising violence and gender in the Brazilian context: New issues and old dilemmas. *Feminist Theory* 17.2, 2016, pp.75-190.
- DWORKIN, Andrea. *Our Blood: Prophecies and Discourses on Sexual Politics*. New York, Putnam Sons, 1976.
- FALCÃO, Thiago Henrique de Oliveira. memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2017.
- FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *cadernos pagu* (44), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, janeiro-junho de 2015, pp.199-228.
- FERREIRA, Carolina Branco de Castro. O gênero do amor: cultura terapêutica e feminismos. *cadernos pagu*, (47), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2016, e16472. Epub July 22, 2016 [<https://dx.doi.org/10.1590/18094449201600470002>].
- FOSADO, Gisela. *The exchange of sex for money in contemporary Cuba: masculinity, ambiguity and love*. Dissertação (PhD, em Antropologia), The University of Michigan, 2004.
- FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura, HEILBORN, Maria Luiza: Apresentação. \_\_\_\_\_. *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4, Sobre Mulher e Violência*. Zahar, Rio de Janeiro, 198, pp.7-13
- FROHLICK, Susan. Fluid exchanges: The negotiation of intimacy between tourist women and local men in a transnational town in Caribbean Costa Rica. *City & Society* 19.1, 2007, pp.139-168.
- FROHLICK, Susan. *Sexuality, women, and tourism: Cross-border desires through contemporary travel*. Vol. 35. Routledge, 2013.
- FROHLICK, Susan. Intimate tourism markets: Money, gender, and the complexity of erotic exchange in a Costa Rican Caribbean town. *Anthropological Quarterly* 86.1, 2013b, pp.133-162.
- GILL, Aisha K.; HEATHCOTE, Gina; Williamson, Emma. Introduction, Violence. *Feminist Review*, 112, 2016, pp.1-10.

- GREGORI, Maria Filomena. Violence and gender. *Vibrant, Virtual Brazilian Anthropology*, vol. 7, n° 2, Brasília, ABA, 2010, pp. 216-235 [http://www.vibrant.org.br/issues/v7n2/maria-filomena-gregori-violence-and-gender 2010]
- HEROLD, Edward; GARCIA, Rafael; DEMOYA, Tony. Female tourists and Beach Boys. Romance or Sex Tourism? *Annals of Tourism Research*, vol. 28, n° 4, 2001, pp.978-997.
- JEFFREYS, Sheila. Sex tourism: do women do it too?. *Leisure Studies* 22.3, 2003, pp.223-238.
- JONES, Angela Lewellyn. Violence against Women in Global Perspective. In: NAPLES, Nancy A. (ed.). *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Gender and Sexuality Studies*. JohnWiley & Sons, Ltd., 2016 Published 2016 [DOI: 10.1002/9781118663219.wbeggs757].
- KEMPADOO, Kamala. *Sexing the Caribbean, gender, race and sexual labor*. New York, Routledge, 2004.
- LACERDA, Paula. Polícia e movimento social em Altamira, Pará: o “caso dos meninos emasculados”. In: VIANNA, Adriana (org). *O fazer e o desfazer dos direitos. Experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro, LACED/Museu Nacional, Epapers Serviços Editoriais, 2013, pp.147- 184.
- MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *cadernos pagu* (47), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2016, e16471.
- MACKINNON, Catherine. Marxism, feminism and the State: Toward Feminist Jurisprudence. *Signs* 7.5, 1982, pp.515-544.
- MODELLI RODRIGUES, Lais. Blogs Coletivos Feministas: Um estudo sobre o feminismo brasileiro na era das redes sociais na internet. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2016.
- MCKLINTOCK, Anne. *Couro Imperial, Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, Editora de Unicamp, 2010.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Feminist Review* 30, 1988, pp.61-88.

- MOORE, Henrietta. *A Passion for difference*. Indiana University Press, 1994.
- MOTTA, Flavia de Mattos. *Gênero e Reciprocidade: uma Ilha ao Sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2002.
- O'CONNELL-DAVIDSON, Julia; SANCHEZ-TAYLOR, Jacqueline. 1999 Fantasy Islands. Exploring the Demand for sex Tourism. In: KEMPADOO, Kamala. *Sun, Sex and Gold, Tourism and Sex Work in the Caribbean*. Maryland, Rowman and Littlefield, pp.37-55.
- OPPERMANN, Martin. Sex Tourism. *Annals of Tourism Research*, vol. 26, n° 2, 1999, pp.251-252.
- PERES, Andréa Carolina Schwartz. Campos de estupro: as mulheres e a Guerra na Bósnia. *cadernos pagu (37)*, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2011, pp.117-162.
- Piscitelli, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher?. *Textos Didáticos*, n° 48 (A prática feminista e o conceito de gênero), Campinas, IFCH/UNICAMP, 2002, pp.7-42. Número organizado por Leila Mezan Algranti.
- PISCITELLI Adriana. Shifting Boundaries: Sex and Money in the Northeast of Brazil, *Sexualities*, vol 10-4, 2007, pp.489-500.
- PISCITELLI, Adriana. “Gringas ricas”: Viagens sexuais de mulheres européias no Nordeste do Brasil. *Revista de Antropologia* vol.53, São Paulo, USP. 2011, pp.79-117.
- PISCITELLI, Adriana. Erotics, love and violence: European women's travels in the northeast of Brazil. *Gender Place and Culture*, vol.1, 2015, pp.1-14.
- PRUITT, Deborah; LAFONT, Suzanne. For love and money. Romance Tourism in Jamaica. *Annals of Tourism Research*, vol. 22, n° 2, 1995, pp.422-440;
- RENTSCHLER, Carrie. Rape culture and the feminist politics of social media. *Girlhood Studies* 7, n° 1, Bergham Journals, 2014, pp.5-82
- ROY, Anupama. Critical events, incremental memories and gendered violence. The “Delhi Gang Rape”. *Australian Feminist Studies*, vol. 29, n° 81, 2014, pp.238-254.

- SANCHEZ TAYLOR, J. Dollars are a girl's best friend? Female tourists' sexual behaviour in the Caribbean. *Sociology*, n° 35, 2001, pp.749-764.
- SANCHEZ TAYLOR, Jacqueline. Female sex tourism: a contradiction in terms?. *Feminist Review* vol.83, n° 1, 2006, pp.42-59.
- SEGATO, Laura Rita. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. Puebla, Pez en el árbol, 2014.
- SHOHAT, Ela. Feminismos fora do centro. Entrevista com Sônia Maluf e Claudia de Lima Costa. *Revista Estudos Feministas*, vol.1, 2001, pp.47-163.
- SORJ, Bila. Do “pessoal é político” para o “político é pessoal”? Novas tendências no feminismo no Brasil. Texto apresentado no XXXIV Congresso Internacional da Associação de Estudos Latinoamericanos, Nova Iorque, maio 2016, pp.27-30.
- SORJ, Bila. Notas sobre “Cultura do Estupro”. Palestra apresentada no Workshop “Cultura do Estupro”, Núcleo de Estudo de Gênero-PaguUnicamp, 07 dez. 2016.
- SPIVAK, Gayatri. Criticism, Feminism and the Institution. In: SPIVAK, Gayatri. *The Post-Colonial Critic*. Routledge, 1990, pp.1-16.
- STRATHERN, Marilyn. *The gender of the Gift*. Manchester University Press, 1988.
- STRATHERN, Marilyn. *After Natures. English Kinship in the late twentieth century*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.
- TRUONG, Thanh-Dam. *Sex, Money and Morality: Prostitution and Tourism in Southeast Asia*. Londres, Zed Books, 1990.
- VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *cademos pagu* (37), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2016, pp.79-116.
- WHISNANT, Rebecca. Feminist Perspectives on Rape. In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2013 Edition) [<https://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/feminism-rape/>].